

## MOÇÃO

*«Governo de Portugal deverá assegurar definitivamente as condições mínimas de operacionalidade e dignidade da extensão de Saúde de Alcáçovas, enquanto serviço público essencial para a freguesia de Alcáçovas, concelho de Viana do Alentejo»*

**1º Subscritores – Duarte Guerreiro  
Fernando Brito e Silva  
Frederico Carvalho  
João Fialho  
Leonor Botte Fernandes**

A saúde é um direito inalienável consagrado na Constituição da República Portuguesa, através do seu 64º Artigo., nomeadamente no seu ponto 1 - «Todos têm direito à proteção da saúde e o dever de a defender e promover» e no seu ponto 3 - «Para assegurar o direito à proteção da saúde, incumbe prioritariamente ao Estado:» nomeadamente na alínea «b) Garantir uma racional e eficiente cobertura de todo o país em recursos humanos e unidades de saúde».

A freguesia de Alcáçovas tem manifestamente vivido nos últimos anos uma grave deficiência no atendimento médico e outros cuidados de saúde decorrentes de anos contínuos de desinvestimento e de inoperância face a inúmeras falhas de recursos humanos, médicos, enfermeiros e outros profissionais que ali se têm verificado. Realidade esta várias vezes demonstrada pela Junta de Freguesia de Alcáçovas nas sua diligências que foram sendo públicas na procura de soluções para esta problemática, coroada com a criação de uma Comissão de Utentes da Extensão de Saúde de Alcáçovas e ainda amplamente preocupação da ACSA – Associação para a Cidadania, Saúde e Ambiente, associação local.

O rácio de médicos e outros profissionais de saúde no concelho de Viana do Alentejo tem vindo a deteriorar-se nos últimos anos, havendo menos profissionais de saúde disponíveis para o mesmo número de utentes [SNS: **habitantes por pessoal ao serviço nos centros de saúde (1999-2012) – Viana do Alentejo 1999 - 140,2 2012 - 226,6 dados INE 2021-06-14 ]**

São inúmeras as queixas dos fregueses locais e cada vez menos os cuidados ou atos médicos prestados nesta Extensão de Saúde, obrigando cada vez mais os utentes desta Unidade de Saúde a deslocarem-se ao Centro de Saúde de Viana do Alentejo ou ao Hospital Distrital de Évora ou mesmo, em alternativa a terem de se socorrerem de medicina privada, em substituição ao SNS, Serviço Nacional de Saúde.

Existem inclusive dias em que os serviços já nem abrem por falta de recursos humanos alocados à visada Unidade de Saúde, provocando uma profunda indignação e e estupefação perante os habitante de Alcáçovas, como por exemplo atos médicos tão simples como a vacinação de crianças ou mudanças de penso têm muitas vezes que ser realizados em Viana do Alentejo.

O ACES – Agrupamento de Centro de Saúde do Alentejo Central tem conhecimento oficial desta insustentável situação e não tem almejado uma solução efetiva para esta clara falha do SNS e dos direitos dos utentes das Alcáçovas, pese embora tenham sido ensaiadas tentativas para alterar esta condição.

A Assembleia Municipal de Viana do Alentejo hoje aqui reunida e, face ao exposto exige ao Governo de Portugal através do Ministério da Saúde que dote com a máxima urgência a Extensão de Saúde de Alcáçovas de recursos humanos, técnicos e físicos para que os seus utentes possam efetivamente beneficiar de um Direito à Saúde consagrado na CRP, como qualquer outro português de outro território, sem quaisquer discriminações, nomeadamente territoriais.

Esta moção a ser aprovada deverá ser enviada ao seu destinatário, nomeadamente Governo de Portugal, Ministério da Saúde e dado conhecimento aos vários grupos partidários representados na Assembleia da República, ARS do Alentejo, ACES do Alentejo Central e UCSP de Viana do Alentejo, bem como deverá ser publicada num órgão de comunicação social regional.

Aguiar, 28 de Abril de 2022